

ALLIANZ DO BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ nº 42.332.650/0001-84

www.allianz.com.br



folga

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

ATIVO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO		
	Nota	2022	2021	2022	2021
CIRCULANTE		36.058	42.594	8.562.272	6.528.175
Disponível		1.208	672	330.897	194.006
Caixa e bancos		1.208	672	330.897	185.927
Equivalentes de caixa		6.1	-	-	8.079
APLICAÇÕES		6.1	22.216	31.014	1.222.901
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS		-	-	3.938.100	3.053.147
Prêmios a receber		7.1	-	3.320.055	2.578.727
Operações com seguradoras		7.2	-	24.765	8.937
Operações com resseguradoras		7.3	-	593.280	465.483
OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS		-	-	7.857	6.286
ATIVOS DE RESSEGURO - PROVISÕES TÉCNICAS		16.2	-	1.936.682	1.476.827
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		12.634	10.908	126.820	165.762
Títulos e créditos a receber		8	8.616	7.359	15.202
Créditos tributários e previdenciários		21.1	4.016	3.549	111.142
Outros créditos		-	-	476	4.193
OUTROS VALORES E BENS		-	-	318.692	342.724
Bens à venda		8	-	318.510	347.001
Outros valores		-	-	182	223
DESPESAS ANTECIPADAS		-	-	1.205	807
CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS		10	-	679.118	629.299
Seguros		-	-	679.118	629.299
ATIVO NÃO CIRCULANTE		4.588.604	4.303.899	7.248.091	7.651.588
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		1.117	6.081	4.936.691	5.210.095
APLICAÇÕES		6.1	-	2.791.158	3.269.645
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS		-	-	580.933	737.481
Prêmios a receber		7.1	-	39.242	33.480
Operações com resseguradoras		7.3	-	3.332	3.445
OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS		-	-	9	10
ATIVOS DE RESSEGURO - PROVISÕES TÉCNICAS		16.2	-	580.933	737.481
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		1.117	6.081	1.510.802	1.471.194
Títulos e créditos a receber		1.117	6.081	47.004	53.461
Créditos tributários e previdenciários		21.1	-	1.107.162	734.460
Depósitos judiciais e fiscais		17	-	312.526	316.962
Outros créditos operacionais		17	-	44.110	42.311
OUTROS VALORES E BENS		8	-	11.223	10.731
CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS		10	-	11.223	10.731
Seguros		-	-	11.223	10.731
INVESTIMENTOS		4.583.424	4.293.692	2.475	2.355
Participações societárias		11.1	4.592.264	4.302.532	-
Deságio		11.1	(8.840)	(8.840)	-
Imóveis destinados à renda		12.1	-	-	2.475
IMOBILIZADO		120	183	192.084	253.949
Imóveis de uso próprio		12.1	10	10	3.302
Bens móveis		12.1	110	173	38.606
Outras imobilizações		12.1	-	-	15.229
direito de uso		9	-	-	17.873
INTANGÍVEL		12.2	3.943	3.943	2.116.833
Outros intangíveis		-	-	-	2.185.191
TOTAL ATIVO		4.624.662	4.346.493	15.810.363	14.179.763

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO		
	Nota	2022	2021	2022	2021
CIRCULANTE		3.787	8.824	8.904.948	7.162.921
CONTAS A PAGAR		3.787	8.824	554.4367	464.519
Obrigações a pagar		13.1	3.575	235.977	199.360
Impostos e encargos sociais a recolher		13.1	1	252.729	186.928
Encargos trabalhistas		13.1	211	28.396	29.258
Impostos e contribuições		21.3	-	16.257	10.998
Outras contas a pagar		13.2	-	141	15.073
Passivos de arrendamento		-	-	20.867	22.902
DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS		14	-	1.791.932	1.188.109
Prêmios a restituir		-	-	5.007	9.179
Operações com seguradoras		-	-	3.374	7.290
Operações com resseguradoras		-	-	1.436.849	936.948
Corretores de seguros e resseguros		-	-	205.785	182.429
Outros débitos operacionais		-	-	140.917	52.263
DEPÓSITOS DE TERCEIROS		15	-	14.653	13.462
PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS E RESSEGUROS		16.1	-	6.524.047	5.474.351
Danos		-	-	6.109.489	5.160.615
Pessoas		-	-	363.419	271.657
Vida individual		-	-	51.139	41.650
Vida com cobertura por sobrevivência		-	-	-	429
OUTROS DÉBITOS		17	-	19.949	22.480
Provisões judiciais		-	-	19.949	22.480
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		3.469	3.497	2.283.112	2.677.773
CONTAS A PAGAR		3.469	3.497	214.989	205.200
Obrigações a pagar		13.1	3.469	24.294	26.882
Tributos diferidos		-	-	64.182	-
Outras contas a pagar		-	-	129	171
Passivos de arrendamento		13.2	-	126.384	178.147
DÉBITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS		14	-	72.902	85.657
Operações com resseguradoras		-	-	71.163	83.929
Corretores de seguros e resseguros		-	-	1.739	1.728
PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS E RESSEGUROS		16.1	-	1.680.450	2.078.536
Danos		-	-	1.473.191	1.843.273
Pessoas		-	-	187.676	220.172
Vida individual		-	-	19.583	15.091
OUTROS DÉBITOS		17	-	314.771	308.380
Provisões judiciais		-	-	314.771	308.380
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		18	4.617.406	4.334.172	4.622.303
PARTICIPAÇÃO DE CONTROLADORES		4.617.406	4.334.172	4.617.406	4.334.172
Capital social - nacional		6.030.900	5.230.900	6.030.900	5.230.900
Reservas de reavaliação		1.207	1.256	1.256	1.256
Ajuste de avaliação patrimonial		(157.955)	(122.641)	(157.955)	(122.641)
Prejuízos acumulados		(1.256.746)	(775.343)	(1.256.746)	(775.343)
PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES		-	-	4.897	4.897
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.624.662	4.346.493	15.810.363	14.179.763

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais)

Reserva	Capital social	Reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido atribuível aos controladores		Participações de não controladores	Patrimônio líquido consolidado
					Participações de não controladores	Patrimônio líquido consolidado		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	5.230.900	1.305	119.965	(414.050)	4.938.120	7.198</		

ALLIANZ DO BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ nº 42.332.650/0001-84

www.allianz.com.br



Para o grupo de ramos automóvel, os testes de consistência realizados pela controlada indicaram que não há necessidade de constituição de redução ao valor recuperável, visto que o valor de abertura do salvado é muito próximo ao valor da venda e, na média, em até 12 meses, os salvados a venda são efetivamente liquidados. Para os demais ramos as Seguradoras aplicaram o critério de constituição da redução ao valor recuperável do montante total superior ao período de sessenta dias em relação a data de cadastro do salvado.

4.5 Investimentos

4.5.1 Participações societárias

Refer-se a investimentos que são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e também compreende o ágio por expectativa de rentabilidade futura e a Mais Valia, decorrente dos ativos intangíveis identificados provenientes da combinação de negócio ocorrida em 2020.

A Seguradora efetuou a amortização dos itens apurados pela Mais Valia na aquisição de controladas baseado nas taxas e prazos definidos no documento Alocação do Preço de Compra (PPA).

Anualmente, o ágio por expectativa de rentabilidade futura é testado com base em premissas razoáveis e fundamentadas que representam a melhor estimativa, por parte da administração, do conjunto de condições econômicas que existirão na vida útil remanescente do ativo.

4.5.2 Imóveis destinados à renda

Imóveis utilizados pela Seguradora cuja finalidade é obter renda através da locação destes imóveis. Tais ativos foram registrados pelo custo histórico de aquisição deduzido da depreciação acumulada, calculada com base na vida útil estimada, e perdas por impairment acumuladas, quando aplicável.

4.6 Imobilizado

O ativo imobilizado é reconhecido pelo custo histórico de aquisição, deduzido da depreciação e perdas por impairment acumuladas, quando aplicável. O software adquirido como parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil econômica estimada da parte de um bem do imobilizado. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo é inferior ao seu valor contábil.

As benfeitorias em imóvel de terceiros referem-se aos gastos realizados com instalações, melhorias e outras benfeitorias, de uso administrativo, com o objetivo de adequá-las às necessidades de utilização do Grupo Allianz Brasil. A amortização é calculada de acordo com o prazo determinado em contrato.

Os custos de reparos, rotineiros do imobilizado, são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos. A apuração do ganho ou perda na alienação de um item do ativo imobilizado é calculada entre o valor efetivo recebido na alienação e o valor contábil residual do bem, sendo registrado no resultado do período.

4.7 Intangível

Gastos com desenvolvimento interno de software são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e capacidade da Seguradora de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo e a utilização dos softwares de modo que gere benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de softwares desenvolvidos internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento e são apresentados deduzidos da amortização acumulada gerada durante a vida útil.

Despesas subsequentes com softwares são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas à medida que são incorridas. A amortização é calculada sobre o custo do ativo sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, visto que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

4.8 Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e a contribuição social do período corrente é calculado à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual que excede R\$ 240 no exercício para imposto de renda e a 15% sobre o lucro tributável para a contribuição social. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda diretos e diferidos e ambos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a títulos diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do período, as taxas de impostos são descontadas ou substanicamente descontadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e são mensurados pelas alíquotas em que se espera serem aplicadas no momento pelo qual as diferenças temporárias foram revertidas.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis o contrário de quaisquer utilizados.

Os ativos e passivos fiscais circulares e diferidos oriundos de tributos sobre o lucro e lançados pela mesma autoridade tributária, são compensados para fins de apresentação no balanço patrimonial.

A interpretação técnica IPC-22 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Neste sentido, a entidade analisou retrospectivamente a legislação fiscal e os tratamentos utilizados nas apurações dos tributos sobre o lucro, e aplicando as premissas estabelecidas pelo IPC-22. A Seguradora entende que há dúvidas sobre a aceitação por parte das autoridades tributárias de benefício afetado à "lei do bem" tomado nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL, no exercício de 2017, (pelo regime de competição).

Dante dessa incerteza, a Seguradora concluiu por provisionar o montante envolvido até que ocorra a aprovação dos saldos pelas autoridades. O saldo envolvido é irrelevante perante o total de contingências fiscais.

4.9 Provisões técnicas - Seguros

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as normas e determinações vigentes. No passivo circulante e não circulante as provisões de técnicas de seguros estão classificadas em: (a) Danos; (b) Pessoas; (c) Vida individual e (d) Vida com cobertura de sobrevivência.

4.9.1 Provisão de prêmios não ganhos - PPNG

É constituida pela parcela dos prêmios emitidos de seguros, bruto e ativo de resseguro, correspondente ao período de risco a decorrer, calculada pelo método "pró-rata dia", tornando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. A provisão para riscos vigentes, mas não emitidos (PPNG-RVNE) é calculada com base no prêmio bruto e ativo de resseguro observado, nas diversas carteiras do Grupo Allianz Brasil, considerando-se a data do início de vigência de cada documento e a sua respectiva data de emissão.

4.9.2 Provisão de sinistros a liquidar - PSL

É constituída por estimativa de pagamentos prováveis, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data das demonstrações financeiras, considerando a estimativa bruta e do ativo de resseguro. Inclui o ajuste de Sinistros Ocorridos, mas Não Suficientemente Avisados - IBNR, como complemento da Provisão de Sinistros a Liquidar considerando o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final.

Para registro dos sinistros em discussão judicial a Seguradora aplica metodologia específica, a qual prevê a descontagem dos valores de cobertura considerando a melhor estimativa, de pagamento, que já considera a expectativa de juros e correção monetária futuros, conforme formulação obtida através de estudos empíricos atuariais que não estão em consideração, entre outros fatores, a correlação histórica entre o valor pedido e o valor indenizado. As decisões judiciais que determinam pagamentos de reclamações oriundas da apólice vigente, mesmo que sem cobertura prévia, são consideradas como sinistros e registradas como previsões técnicas.

São classificados como outros débitos os desfiches judiciais cujos eventuais não estão relacionados a apólices ou riscos ocorridos fora da vigência da apólice, com exceção aos riscos vigentes e ainda não emitidos.

Caso um evento lancado inicialmente como outros débitos for identificado como ocorrido dentro da vigência da apólice, este poderá sofrer alteração, sendo classificado como sinistro quando houver tal caracterização. A expectativa de salvados e resarcimentos, quando aplicável, está registrada como ajuste de salvados e resarcimentos na PSL.

4.9.3 Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR

É constituída para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados, sendo calculada com metodologia Chain Ladder tomando por base o desenvolvimento dos montantes de sinistros incorridos e pagos, distribuídos pelas datas de movimento e datas de ocorrência. O cálculo desta provisão considera o histórico de sinistros, incluindo os casos em ação judicial, movimentados até a data base de cálculo. São utilizados, no mínimo 60 (sessenta) períodos de desenvolvimento, agrupamentos trimestrais, considerando a análise da parcela bruta e do ativo de resseguro. A expectativa de salvados e resarcimentos, quando aplicável, está registrada como ajuste de salvados e resarcimentos no IBNR.

4.9.4 Provisão para eventos ocorridos e não avisados - PEONA SUS (Controlada Allianz Saúde)

Esta provisão é estimada para o pagamento dos eventos que já tenham ocorrido, mas que ainda não são de conhecimento da Allianz Saúde na data do Balanço. Para a parcela da PEONA-SUS, são as cobranças do Sistema Único de Saúde em caso de seguros da Allianz Saúde que receberam atendimentos emergenciais viabilizados pelo sistema. Por não possuir metodologia própria para cálculo da Provisão para Eventos Ocorridos mas Não Avisados - SUS, esta é então contabilizada através dos valores informados pelo ANS no ANEXO VIII, da RN 393, de 2015 que tem por base o histórico dos eventos avisados referentes aos procedimentos realizados na rede assistencial do Sistema Único de Saúde (SUS).

4.9.5 Provisão de despesas relacionadas - PDR

O Grupo Allianz Brasil constitui, de forma segregada das demais provisões de sinistros, a provisão de despesas relacionadas para a cobertura dos valores esperados decorrentes das despesas relacionadas a sinistros e benefícios.

4.9.6 Provisão complementar de cobertura - PCC

A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) refere-se ao valor necessário para complementar as provisões técnicas, apurado no teste de Adequação de Passivos (TAP). O TAP é elaborado utilizando métodos estatísticos e atuariais com base em considerações realistas, considerando a tábua biométrica BR-EMS para ambos os sexos e estruturas a termo da taxa de juros (ETT) livre de risco autorizada pela SUSEP.

4.9.7 Provisão de benefícios concedidos - Remissão (Controlada Allianz Saúde)

É constituída para garantir das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão por morte do segurado titular, que garante aos beneficiários inscritos na apólice a cobertura prevista nas Condições Gerais, sem o pagamento do prêmio correspondente. O desembolso é determinado com base em estudos empíricos atuariais, observando-as dispostas na Resolução Normativa nº 393/2015 da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

A provisão é calculada individualmente por beneficiário considerando o período de remissão, o valor médio dos sinistros da carteira por plano e faixa etária. O valor resultante do cálculo é ajustado a valor presente utilizando-se a taxa de juros livre de risco (SELIC).

4.9.8 Provisão de sinistro a liquidar - SUS (Controlada Allianz Saúde)

A provisão é constituída com base nos pedidos de resarcimento de despesas pelo uso do Sistema Único de Saúde - SUS, realizado por segurados conveniados da controlada Allianz Saúde. O reconhecimento ocorre no momento do recebimento do aviso, emitido pelo SUS.

A controlada avalia os casos individualmente e efetua o resarcimento daqueles valores que efetivamente são devidos.

4.9.9 Provisão para Insuficiência de Contraprestações (Controlada Allianz Saúde)

A Provisão para Insuficiência de Contraprestações (PIC) refere-se à insuficiência das mensalidades para cobertura dos eventos a ocorrer, quando constatada. Aé da Resolução Normativa (RN) nº 393/2015, posteriormente alterada pelas RN nº 442/2018 e nº 476/2021, dispõe-se sobre os critérios de constituição de Provisões Técnicas a serem observadas pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde.

No tocante à PIC, a RN define no Art. 20-B que os valores apurados poderão ser constituídos de forma gradual e linear, ao longo de vinte e quatro meses, a partir de janeiro de 2021. Tendo em vista a facultade expressamente formalizada em texto legal, a Seguradora optou pela utilização da constituição gradual, reconhecendo, portanto, o correspondente a 12 meses da provisão total calculada na data-base de dezembro de 2021. A RN nº 442/2018, e seus devidos anexos, acrescentam e alteram, principalmente, as definições relativas à constituição da PIC, com o devido reconhecimento em balanço a partir do exercício findo em 2021. O mesmo aplica-se para a RN nº 476/2021, cujo conteúdo permeia definições adicionais relativas a metodologia de cálculo e procedimentos a serem observados em relação a PIC (i.e., inclusão das multas administrativas na composição do FIC, entre outros).

Ainda, cabe-se ressaltar que durante a 10º Reunião Extraordinária de Diretoria Colegiada da ANS, realizada em 27 de dezembro de 2021, deliberou-se sobre a facultade de se utilizar a menor valor, entre aquele obtido, considerando-se os dados dos últimos 12 ou 24 meses. As despesas avulsa referentes ao período de dezembro de 2021, e a partir de 2022, e seus devidos anexos, acrescentam e alteram, principalmente, as definições relativas à constituição da PIC, com o devido reconhecimento em balanço a partir do exercício findo em 2021. O mesmo aplica-se para a RN nº 476/2021, cujo conteúdo permeia definições adicionais relativas a metodologia de cálculo e procedimentos a serem observados em relação a PIC (i.e., inclusão das multas administrativas na composição do FIC, entre outros).

As despesas avulsa referentes ao período de dezembro de 2021, e a partir de 2022, e seus devidos anexos, acrescentam e alteram, principalmente, as definições relativas à constituição da PIC, com o devido reconhecimento em balanço a partir do exercício findo em 2021. O mesmo aplica-se para a RN nº 476/2021, cujo conteúdo permeia definições adicionais relativas a metodologia de cálculo e procedimentos a serem observados em relação a PIC (i.e., inclusão das multas administrativas na composição do FIC, entre outros).

As despesas avulsa referentes ao período de dezembro de 2021, e a partir de 2022, e seus devidos anexos, acrescentam e alteram, principalmente, as definições relativas à constituição da PIC, com o devido reconhecimento em balanço a partir do exercício findo em 2021. O mesmo aplica-se para a RN nº 476/2021, cujo conteúdo permeia definições adicionais relativas a metodologia de cálculo e procedimentos a serem observados em relação a PIC (i.e., inclusão das multas administrativas na composição do FIC, entre outros).

As despesas avulsa referentes ao período de dezembro de 2021, e a partir de 2022, e seus devidos anexos, acrescentam e alteram, principalmente, as definições relativas à constituição da PIC, com o devido reconhecimento em balanço a partir do exercício findo em 2021. O mesmo aplica-se para a RN nº 476/2021, cujo conteúdo permeia definições adicionais relativas a metodologia de cálculo e procedimentos a serem observados em relação a PIC (i.e., inclusão das multas administrativas na composição do FIC, entre outros).

As despesas avulsa referentes ao período de dezembro de 2021, e a partir de 2022, e seus devidos anexos, acrescentam e alteram, principalmente, as definições relativas à constituição da PIC, com o devido reconhecimento em balanço a partir do exercício findo em 2021. O mesmo aplica-se para a RN nº 476/2021, cujo conteúdo permeia definições adicionais relativas a metodologia de cálculo e procedimentos a serem observados em relação a PIC (i.e., inclusão das multas administrativas na composição do FIC, entre outros).

As despesas avulsa referentes ao período de dezembro de 2021, e a partir de 2022, e seus devidos anexos, acrescentam e alteram, principalmente, as definições relativas à constituição da PIC, com o devido reconhecimento em balanço a partir do exercício findo em 2021. O mesmo aplica-se para a RN nº 476/2021, cujo conteúdo permeia definições adicionais relativas a metodologia de cálculo e procedimentos a serem observados em relação a PIC (i.e., inclusão das multas administrativas na composição do FIC, entre outros).

As despesas avulsa referentes ao período de dezembro de 2021, e a partir de 2022, e seus devidos anexos, acrescentam e alteram, principalmente, as definições relativas à constituição da PIC, com o devido reconhecimento em balanço a partir do exercício findo em 2021. O mesmo aplica-se para a RN nº 476/2021, cujo conteúdo permeia definições adicionais relativas a metodologia de cálculo e procedimentos a serem observados em relação a PIC (i.e., inclusão das multas administrativas na composição do FIC, entre outros).

As despesas avulsa referentes ao período de dezembro de 2021, e a partir de 2022, e seus devidos anexos, acrescentam e alteram, principalmente, as definições relativas à constituição da PIC, com o devido reconhecimento em balanço a partir do exercício findo em 2021. O mesmo aplica-se para a RN nº 476/2021, cujo conteúdo permeia definições adicionais relativas a metodologia de cálculo e procedimentos a serem observados em relação a PIC (i.e., inclusão das multas administrativas na composição do FIC, entre outros).

As despesas avulsa referentes ao período de dezembro de 2021, e a partir de 2022, e seus devidos anexos, acrescentam e alteram, principalmente, as definições relativas à constituição da PIC, com o devido reconhecimento em balanço a partir do exercício findo em 2021. O mesmo aplica-se para a RN nº 476/2021, cujo conteúdo permeia definições adicionais relativas a metodologia de cálculo e procedimentos a serem observados em relação a PIC (i.e., inclusão das multas administrativas na composição do FIC, entre outros).

As despesas avulsa referentes ao período de dezembro de 2021, e a partir de 2022, e seus devidos anexos, acrescentam e alteram, principalmente, as definições relativas à constituição da PIC, com o devido reconhecimento em balanço a partir do exercício findo em 2021. O mesmo aplica-se para a RN nº 476/2021, cujo conteúdo permeia definições adicionais relativas a metodologia de cálculo e procedimentos a serem observados em relação a PIC (i.e., inclusão das multas administrativas na composição do FIC, entre outros).

As despesas avulsa referentes ao período de dezembro de 2021, e a partir de 2022, e seus devidos anexos, acrescentam e alteram, principalmente, as definições relativas à constituição da PIC, com o devido reconhecimento em balanço a partir do exercício findo em 2021. O mesmo aplica-se para a RN nº 476/2021, cujo conteúdo permeia definições adicionais relativas a metodologia de cálculo e procedimentos a serem observados em relação a PIC (i.e., inclusão das multas administrativas na composição do FIC, entre outros).

As despesas avulsa referentes ao período de dezembro de 2021, e a partir de 2022, e seus devidos anexos, acrescentam e alteram, principalmente, as definições relativas à constituição da PIC, com o devido reconhecimento em balanço a partir do exercício findo em 2021. O mesmo aplica-se para a RN nº 476/2021, cujo conteúdo

ALLIANZ DO BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ nº 42.332.650/0001-84

www.allianz.com.br



5.3.1.2 - Exposição ao risco com resseguradores
 Visando segurança e solidez, as Seguradoras priorizam firmar negócios com resseguradores que detêm elevado grau de crédito. Para fins de cálculo da exposição de risco de crédito, especificamente para as categorias de resseguradores admitida e eventual, o grau de risco é atribuído em função da classificação de risco emitida por agências de escala global, equiparadas a Standard & Poor's (S&P). Para a categoria de resseguradores locais, esta é classificada como grau 1 de risco, de acordo com o estipulado na Resolução CNSP nº 321/2015. As operações de resseguro, especialmente no que tange às parcelas de sinistros a recuperar, são gerenciadas pela Allianz Seguros em conformidade com os padrões operacionais estabelecidos pelo regulador. Os sinistros a recuperar com resseguradores estão assim apresentados:

Rating	Classe de Resseguradoras					
	Local	Admitida	Eventual	Totais		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
AAA / AA+ /						
AA / AA-	223.916	154.894	19.270	38.578	203.381	138.119
A+ / A- / A-		1.779	1.193	158	270	1.937
BBB+ / BBB /						
abaiixo de BBB-.....		5			6	11
	223.916	154.894	21.049	38.759	203.539	138.290

5.3.2 Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de flutuações dos mercados financeiros, que causam mudanças na avaliação econômica de ativos e passivos em virtude de flutuações nas taxas de juros, preços e taxas de câmbio. Mensalmente a área de riscos produz análises em que são considerados os valores de mercado dos ativos e, a partir de diferentes cenários de taxa de juros, demonstra os impactos na solvência do Grupo e resultado financeiro. Há outras considerações importantes analisadas pelo Comitê de Investimentos para permitir que o risco de mercado seja bem gerenciado e mitigado como, por exemplo, o monitoramento e análise contínua de sensibilidade de juros da duração da carteira, cálculos dos vencimentos dos ativos com os passivos atuariais e indexador das papéis. Além disso, o Comitê de Investimentos estipula limites relacionados à exposição da carteira em risco de mercado.

5.3.2.1 Risco de juros

O risco na taxa de juros resulta da variação na taxa de juros de mercado dos ativos que compõem o portfólio do Grupo Allianz Brasil, impactando seus preços e, consequentemente, a rentabilidade do mesmo. Os ativos são classificados como disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e a preços de mercado (valor justo). A avaliação desses ativos é feita pelo banco custodiante com base em manual próprio de marcação a mercado e validada pela área de investimentos. O teste de sensibilidade abaiixo mostra o impacto de uma alta na taxa de juros nos ativos que compõem a carteira da Grupo Allianz Brasil. Vale ressaltar que os investimentos em Letras Financeiras do Tesouro (LFT), os Certificados de Depósitos Bancários (CDB), Letras Financeiras (LF) e Debêntures presentes na carteira da Grupo Allianz Brasil são pós-fixados, não apresentando, portanto, nenhum impacto quanto à variação de taxa de juros.

Controladora

Classe	31/12/2022			Saldo Contábil	Efeitos no resultado e	Saldo
	Ativos privados - Quotas de Fundos de Investimentos	Saldo Contábil	Patrimônio líquido			
Total.....	22.216		22.216	22.216		22.216

Classe	31/12/2021			Saldo Contábil	Efeitos no resultado e	Saldo
	Ativos privados disponíveis para venda-pós-fixados..	Saldo Contábil	Patrimônio líquido			
Total.....	31.014		31.014	31.014		31.014

Consolidado

Classe	31/12/2022			Saldo Contábil	Efeitos no resultado e	Saldo
	Premissas	Contábil	Patrimônio líquido			
Total.....	181.031		139.138	(5.425)	(5.080)	139.138

Classe	31/12/2021			Saldo Contábil	Efeitos no resultado e	Saldo
	Premissas	Contábil	Patrimônio líquido			
Total.....	181.031		139.138	(5.425)	(5.080)	139.138

Classe	31/12/2021			Saldo Contábil	Efeitos no resultado e	Saldo
	Premissas	Contábil	Patrimônio líquido			
Total.....	181.031		139.138	(5.425)	(5.080)	139.138

Classe	31/12/2021			Saldo Contábil	Efeitos no resultado e	Saldo
	Premissas	Contábil	Patrimônio líquido			
Total.....	181.031		139.138	(5.425)	(5.080)	139.138

Classe	31/12/2021			Saldo Contábil	Efeitos no resultado e	Saldo
	Premissas	Contábil	Patrimônio líquido			
Total.....	181.031		139.138	(5.425)	(5.080)	139.138

Classe	31/12/2021			Saldo Contábil	Efeitos no resultado e	Saldo
	Premissas	Contábil	Patrimônio líquido			
Total.....	181.031		139.138	(5.425)	(5.080)	139.138

Classe	31/12/2021			Saldo Contábil	Efeitos no resultado e	Saldo
	Premissas	Contábil	Patrimônio líquido			
Total.....	181.031		139.138	(5.425)	(5.080)	139.138

Classe	31/12/2021			Saldo Contábil	Efeitos no resultado e	Saldo
	Premissas	Contábil	Patrimônio líquido			
Total.....	181.031		139.138	(5.425)	(5.080)	139.138

Classe	31/12/2021			Saldo Contábil	Efeitos no resultado e	Saldo
Premissas	Contábil	Patrimônio líquido	Ajustado			

<tbl_r cells="5" ix="1" maxcspan="3"

ALLIANZ DO BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ nº 42.332.650/0001-84

www.allianz.com.br



8.2.2 Ressarcimentos a receber considerando o prazo para recebimento

Ramos agrupados	Vencidos	31/12/2022					31/12/2021					
		1 a 60 dias	61 a 180 dias	181 a 365 dias	acima de 365	Total	Vencidos	1 a 60 dias	61 a 180 dias	181 a 365 dias	acima de 365	Total
Patrimonial	282	212	137	122	24	777	185	166	268	(13)	4	610
Responsabilidades	19	-	-	-	-	19	19	19	-	-	-	19
Automóvel	2.745	2.499	3.208	4.660	2.794	15.906	2.087	1.815	2.253	2.062	1.549	9.766
Transportes	201	425	107	27	194	954	205	16	84	18	323	-
Rural	180	22	33	11	-	246	70	11	22	33	22	158
Total	3.427	3.158	3.485	4.820	3.012	17.902	2.566	2.008	2.627	2.100	1.575	10.76

8.3 Realização de salvados disponíveis para venda e ressarcimentos a receber

As realizações dos ativos de direitos relacionados a salvados a venda e a ressarcimentos a receber foram elaborados sob análise da base histórica, considerando o tempo entre o registro de entrada salvados e ressarcimentos nas Seguradoras e a realização dos mesmos, e o percentual encontrado neste estudo foi aplicado sobre os saldos de 31 de dezembro de 2022 e 2021. O quadro abaixo demonstra as efetivas realizações tendo como pilar o tempo de posse do bem:

Prazo para realização	Automóvel	Patrimonial	Transporte	PESSOAS	Rural	Responsabilidades	Demais	Realizações até 31/12/2022				
								1 a 30	31 a 180	181 a 365	Mais de 365 ou sem vencimento definido	Total
1 mês	726	-	-	58	-	-	-	6.306	1.650	-	-	6.302
2 meses	119.817	564	18	-	-	-	-	-	-	120.399	-	-
3 meses	189.610	81	1.821	-	219	-	-	-	-	191.731	-	-
4 meses	140.007	718	2.447	-	-	240	-	-	-	143.412	-	-
5 meses	103.970	-	3.205	-	480	-	-	-	-	107.655	-	-
6 meses	73.857	1.246	1.975	-	118	278	-	-	-	77.474	-	-
7 meses	44.633	16	1.739	-	73	-	-	-	-	46.461	-	-
8 meses	24.221	-	918	-	48	-	-	-	-	25.187	-	-
9 meses	13.600	-	849	-	33	-	-	-	-	14.482	-	-
10 meses	12.144	-	1.624	-	32	-	-	-	-	14.444	-	-
11 meses	7.933	-	1.670	-	-	-	-	-	-	9.635	-	-
12 meses	6.855	-	906	-	-	-	-	-	-	8.245	-	-
Entre 13 e 18 meses	14.456	12.411	2.576	-	32	1.502	-	-	-	30.977	-	-
Acima de 18 meses	11.360	-	2.067	-	259	383	-	-	-	14.069	-	-
Total	762.991	15.036	21.873	-	1.294	-	3.763	6.306	-	811.263	-	-

Prazo para realização	Automóvel	Patrimonial	Transporte	Pessoas	Rural	Responsabilidades	Demais	Realizações até 31/12/2022				
								1 a 30	31 a 180	181 a 365	Mais de 365 ou sem vencimento definido	Total
1 mês	726	-	-	58	-	-	-	-	-	-	-	6.302
2 meses	119.817	564	18	-	-	-	-	-	-	-	-	120.399
3 meses	189.610	81	1.821	-	219	-	-	-	-	-	-	191.731
4 meses	140.007	718	2.447	-	-	240	-	-	-	-	-	143.412
5 meses	103.970	-	3.205	-	480	-	-	-	-	-	-	107.655
6 meses	73.857	1.246	1.975	-	118	278	-	-	-	-	-	77.474
7 meses	44.633	16	1.739	-	73	-	-	-	-	-	-	46.461
8 meses	24.221	-	918	-	48	-	-	-	-	-	-	25.187
9 meses	13.600	-	849	-	33	-	-	-	-	-	-	14.482
10 meses	12.144	-	1.624	-	32	-	-	-	-	-	-	14.444
11 meses	7.933	-	1.670	-	-	-	-	-	-	-	-	9.635
12 meses	6.855	-	906	-	-	-	-	-	-	-	-	8.245
Entre 13 e 18 meses	14.456	12.411	2.576	-	32	1.502	-	-	-	-	-	30.977
Acima de 18 meses	11.360	-	2.067	-	259	383	-	-	-	-	-	14.069
Total	762.991	15.036	21.873	-	1.294	-	3.763	6.306	-	811.263	-	-

9. OUTROS VALORES E BENS - ATIVOS DE DIREITO DE USO

A classe de ativos para direito de uso refere-se aos contratos de aluguel da matriz e filiais avaliados sob o CPC 06 (R2) conforme nota 4.14 e é depreciada linearmente pelo prazo do contrato de arrendamento.

Saldo em 1º de janeiro de 2022

Remuneração ... 194.083
Depreciação ... (34.934)
Saldo em 31/12/2022 134.947

Saldo em 1º de janeiro de 2021

Remuneração ... 194.083
Depreciação ... (24.202)
Saldo em 31/12/2021 170.285

Saldo em 1º de janeiro de 2020

Remuneração ... 194.083
Depreciação ... (34.934)
Saldo em 31/12/2020 159.149

Saldo em 1º de janeiro de 2021

Remuneração ... 194.083
Depreciação ... (34.934)
Saldo em 31/12/2021 159.149

Saldo em 1º de janeiro de 2020

Remuneração ... 194.083
Depreciação ... (34.934)
Saldo em 31/12/2020 159.149

Saldo em 1º de janeiro de 2021

Remuneração ... 194.083
Depreciação ... (34.934)
Saldo em 31/12/2021 159.149

Saldo em 1º de janeiro de 2020

Remuneração ... 194.083
Depreciação ... (34.934)
Saldo em 31/12/2020 159.149

Saldo em 1º de janeiro de 2021

Remuneração ... 194.083
Depreciação ... (34.934)
Saldo em 31/12/2021 159.149

Saldo em 1º de janeiro de 2020

Remuneração ... 194.083
Depreciação ... (34.934)
Saldo em 31/12/2020 159.149

Saldo em 1º de janeiro de 2021

Remuneração ... 194.083
Depreciação ... (34.934)
Saldo em 31/12/2021 159.149

ALLIANZ DO BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ nº 42.332.650/0001-84

www.allianz.com.br



16.6 Tabela de desenvolvimento de sinistros

A tabela abaixo demonstra o desenvolvimento dos sinistros avisados das controladas Allianz Seguros e Allianz Saúde, considerando despesas relacionadas, porém não contemplando os valores de retrocessão, salvados e resarcimentos. A parte superior da tabela ilustra como a estimativa do sinistro se desenvolve através do tempo e a parte inferior reconcilia os valores pendentes de pagamento contra o valor do passivo divulgado no balanço.

Brutos de resseguros cedidos (*)

Período de aviso do sinistro																				Totais	
31/12/2013		31/12/2014		31/12/2015		31/12/2016		31/12/2017		31/12/2018		31/12/2019		31/12/2020		31/12/2021		31/12/2022		Totais	
No ano do aviso	4.110.520	4.646.958	4.554.436	4.250.944	4.329.711	4.316.847	4.457.685	4.127.250	5.570.399	6.721.270	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Um ano após o aviso	4.377.469	4.784.785	4.754.967	4.326.872	4.405.095	4.378.809	4.611.371	4.231.605	5.717.006	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dois anos após o aviso	4.377.952	4.784.999	4.673.009	4.346.006	4.412.772	4.382.559	4.649.913	4.223.172	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Três anos após o aviso	4.383.045	4.813.464	4.699.079	4.370.159	4.421.862	4.400.326	4.602.970	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Quatro anos após o aviso	4.405.302	4.820.337	4.729.298	4.374.150	4.455.070	4.391.090	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Cinco anos após o aviso	4.411.972	4.831.102	4.765.364	4.387.828	4.456.133	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Seis anos após o aviso	4.402.641	4.832.351	4.765.757	4.377.784	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Sete anos após o aviso	4.407.630	4.836.563	4.745.056	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Oito anos após o aviso	4.411.368	4.831.680	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Nove anos após o aviso	4.402.048	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Incorridos	4.402.048	4.831.680	4.745.056	4.377.784	4.456.133	4.391.090	4.602.970	4.223.172	5.717.006	6.721.270	48.468.209	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Pagos	4.353.440	4.789.530	4.691.184	4.308.997	4.394.945	4.321.377	4.280.317	4.107.446	5.517.419	5.375.665	46.140.320	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Anterior a 2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	239.337	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Totais da PSL	48.608	42.150	53.872	68.787	61.188	69.713	322.653	115.726	199.587	1.345.605	2.567.226	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Líquido de resseguros cedidos (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

Período de aviso do sinistro																				Totais	
No ano do aviso	3.647.185	3.975.092	3.787.104	3.943.267	4.000.410	3.860.657	3.988.962	3.727.293	4.687.083	5.009.784	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Um ano após o aviso	3.751.701	4.149.878	3.912.234	4.030.836	4.104.190	3.917.727	4.051.704	3.798.254	4.632.515	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dois anos após o aviso	3.767.289	4.179.947	3.934.313	4.046.425	4.130.704	3.921.175	4.075.733	3.798.382	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Três anos após o aviso	3.782.930	4.193.637	3.942.217	4.067.943	4.135.101	3.941.745	4.067.136	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Quatro anos após o aviso	3.791.280	4.198.379	3.954.858	4.069.290	4.147.669	3.928.073	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Cinco anos após o aviso	3.795.079	4.208.478	3.958.850	4.078.615	4.106.673	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Seis anos após o aviso	3.802.835	4.210.009	3.962.059	4.065.981	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Sete anos após o aviso	3.803.075	4.214.379	3.956.142	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Oito anos após o aviso	3.806.095	4.206.047	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Nove anos após o aviso	3.794.916	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Incorridos	3.794.916	4.206.047	3.956.142	4.065.981	4.106.673	3.928.073	4.067.136	3.788.382	4.632.515	5.009.784	41.555.649	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Pagos	3.770.038	4.180.055	3.926.072	4.030.253	4.073.812	3.890.024	4.024.277	3.730.154	4.535.392	4.016.025	40.176.102	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Anterior a 2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	81.047	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Totais da PSL	24.878	25.992	30.070	35.728	32.861	38.049	42.859	58.228	97.123	993.759	1.460.594	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

(*) A tabela de desenvolvimento de sinistro não contempla a retrocessão no valor de R\$ 3.600. Em relação aos sinistros judiciais, o valor é particularmente sensível à jurisprudência relativa a matéria em questão. Na estimativa da Provisão de sinistros a liquidar, o Grupo utiliza-se de técnicas baseadas no histórico de pagamentos.

17. DEPÓSITOS E PROVISÕES JUDICIAIS

Consolidado

||
||
||

ALLIANZ DO BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ nº 42.332.650/0001-84

www.allianz.com.br



21.1.3 - Expectativa de realização dos créditos tributários

A expectativa de realização dos créditos tributários através de estudos técnicos de realização está assim demonstrada:

Consolidado

	Valor
Expectativa do ano de realização	
2023.....	23.463 14.078
2024.....	23.463 14.078
2025.....	30.428 18.257
2026.....	56.490 29.748
2027.....	73.103 43.862
2028.....	93.934 56.361
2029.....	103.491 62.095
2030.....	113.871 68.323
2031.....	100.241 64.369
2032.....	2.362 1.418
Total	620.847 372.587

O processo de estimativa da realização do crédito tributário envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas de Lucro Tributável futuro com base no Plano de Negócios da Seguradora, aprovado pela Administração. Após o período do plano utilizou-se informações do mercado disponibilizadas pela SUSEP como suporte para as projeções.

A sensibilidade destas premissas do longo prazo foram testadas e os resultados de cada cenário foram avaliados pela Administração concluindo a razoabilidade da expectativa da realização do crédito tributário no horizonte descrito acima.

21.2 Impostos e contribuições

Demonstração do cálculo do imposto de renda e contribuição social juntamente com a sua composição das contas de resultados.

Controladora

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes dos impostos e após as participações.....	(663.273)	(367.767)
Aliquotas nominais:		
IRPJ - 25%.....	165.818 91.942	
CSLL - 9%.....	59.695 33.099	
Efeito das (adições)/exclusões:		
Outras provisões.....	(20) (868)	
Ajuste de equivalência patrimonial.....	(223.304) (121.739)	
Outros ajustes permanentes.....	(616) (854)	
Tributos geridos correntes	1.573 1.580	
Créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa.....	(1.573) (1.580)	
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	- -	
Consolidado	- -	

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes dos impostos e após as participações.....	(764.630)	(546.256)
Aliquotas nominais:		
IRPJ - 25%.....	382.972 215.577	
CSLL - 9%.....	59.491 32.657	
CSLL - 15%.....	130.616 99.871	
Efeito das (adições)/exclusões:		
Provisões para contingências fiscais e civis.....	(4.466) (635)	
Provisão para perdas.....	(19.554) (1.226)	
Provisão para funcionários.....	(2.197) 6.808	
Amortização de intangíveis.....	(8.300) (28.971)	
Amortização Goodwill.....	64.182	
Resultado Cisão.....	5.843	
Ajuste de equivalência patrimonial.....	(256.361) (99.223)	
Outras provisões.....	(2.345) (10.076)	
Outros ajustes permanentes.....	(3.852) (4.819)	
Compensação e Incentivos fiscais.....	(399.319) (262.520)	
Imposto de renda e contribuição social a pagar ou recuperar	867 (46.714)	
Créditos tributários sobre diferenças temporais.....	(28.609) 27.402	
Créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa.....	310.576 230.856	
Estorno da Majoração CSLL (5%).....	- (32.755)	
Exercício Anterior.....	345	
Imposto de renda e contribuição social do exercício	283.178 178.789	
21.3 Impostos e contribuições a recolher		

	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021
Controladora				
Imposto de Renda.....	- -	159 221		
Contribuição social.....	- -	7 83		
PIS.....	- -	2.249 1.490		
COFINS.....	- -	13.836 9.163		
Outras contribuições.....	- -	6 42		
Totais	- -	16.257 10.998		

22. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou como partes relacionadas o Grupo, seu controlador em última instância e empresas ligadas, sua controladora, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares. As transações são realizadas em condições comutativas a preços, prazos e taxas normais de mercado sendo efetuadas em condições semelhantes às quais seriam aplicadas entre partes não relacionadas, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico (AT) 24.

22.1 Partes relacionadas - empresas do Grupo

O Grupo Allianz Brasil compõe certos componentes da estrutura operacional e administrativa que se baseiam nas seguintes operações: (a) os colaboradores da Allianz Seguros e Allianz Brasil Seguradora são beneficiários de seguro-saúde contratado junto à Allianz Saúde; (b) os colaboradores da Allianz Saúde são beneficiários de seguro de vida contratados junto à Allianz Seguros.

Com as demais empresas relacionadas, o Grupo Allianz Brasil mantém transações decorrentes de intermediação de operações de seguros e assistência de seguros (S), resseguros (R), prestações de serviços e serviços administrativos (P).

DIRETORIA

ATUÁRIA

Milena Farat Milani - Atuária MIBA nº 3107

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Cotistas

Allianz do Brasil Participações Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Allianz do Brasil Participações Ltda. ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Allianz do Brasil Participações Ltda. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Allianz do Brasil Participações Ltda. e da Allianz do Brasil Participações Ltda. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Entidade e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no

Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria

apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos

opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data do nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligações para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Entidade. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, consequentemente, pela opinião da auditoria da Entidade.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de abril de 2023

PwC PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP00160/O-5Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador
CRC 1P050377/O-6

Catar é escolhido para sediar Copa do Mundo do Basquete e mira Olimpíada a longo prazo

que não haverá necessidade de novas construções.

"A economia de tempo e custo por não construir novos locais será focada em entregar o legado social mais forte possível", disse a entidade, em comunicado. "Todos os locais a serem usados para o principal evento masculino da Fiba já estão construídos,

enquanto as tecnologias verdes amplamente utilizadas ajudarão a entregar a Copa do Mundo de Basquete da Fiba 2027 como um evento neutro em carbono", completou.

O Catar é a terceira sede asiática seguida da Copa do Mundo de Futebol Masculino de 2022, o Catar foi escolhido para receber a Copa do Mundo de Basquete Masculino de 2024, que será disputada em Berlim, na Alemanha.

A Estação Primeira de Mangueira escolheu a data de comemoração do seu aniversário de 95 anos, ontem (28), para divulgar oficialmente o título e a logo do enredo para o desfile de 2024, que será em homenagem à cantora Alcione.

O anúncio foi feito em uma festa na quadra com início marcado para às 20h de ontem. A sinopse, que é o texto explicativo do enredo, estará disponível a partir de hoje (29) no site na internet e nas redes sociais da escola. "Nada é por acaso. Tudo tem seu momento e sua hora e a hora era agora. O nosso próximo carnaval ser ela o nosso enredo",

A tentativa de convencer a artista a receber o tributo